

PAULO FERNANDO NOGUEIRA CUNHA

Doutorando em Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP). Mestre em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela FD-USP (2023). Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela FD-USP (2016). Graduado em Direito pela FD-USP (1989) e em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (1997). Entre 1994 e 2013, como jornalista, exerceu cargos de repórter e editor na grande imprensa de São Paulo (Jornal da Tarde, O Estado de S. Paulo, Veja) e foi correspondente internacional em Paris (1998) e Tóquio (1999). Desde 2014 é assessor jurídico no Ministério Público do Trabalho (MPT), onde exerce o cargo de Chefe da Assessoria Jurídica do 15º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região – São Paulo/SP. Desde 2019 é membro do Grupo de Pesquisa Migração e Direito Internacional do Trabalho (GEMDIT), vinculado ao Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da FD-USP. Contatos: pfncunha@usp.br; paulo.cunha@mpt.mp.br.

A CONSCIÊNCIA JURÍDICA JAPONESA

Anotações sobre a Atualidade da
Tese de Kawashima

A Consciência Jurídica Japonesa: Anotações sobre a Atualidade da Tese de Kawashima

©Paulo Fernando Nogueira Cunha

EDITORA MIZUNO 2025

Revisão: Paulo Fernando Nogueira Cunha

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
C972c	Cunha, Paulo Fernando Nogueira A consciência jurídica japonesa: anotações sobre a atualidade da tese de Kawashima / Paulo Fernando Nogueira Cunha. – Leme-SP: Mizuno, 2025. 212 p.; 16 X 23 cm ISBN 978-85-7789-834-3 1. Direito japonês. 2. Direito do trabalho. I. Cunha, Paulo Fernando Nogueira. II. Título. CDD 340.0952
Índice para catálogo sistemático	
I. Direito japonês	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

O material disponibilizado on-line, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual do livro, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

INTRODUÇÃO	27
NOTA METODOLÓGICA	33
CAPÍTULO 1	
Por que Estudar o Direito Japonês?	37
1.1 Novos desafios impostos à pesquisa em sociologia jurídica	37
1.1.1 Profundas transformações sociais	40
1.1.2 Uma nova metodologia de pesquisa	40
1.2 O direito japonês como um “instrumento de comparação”	42
1.2.1 Uma combinação de características europeias, norte-americanas e nativas	42
1.2.2 Um sistema legal em processo de transformação	46
1.3 Uma resposta possível: estudar o direito japonês “porque ele está aqui”	48
1.3.1 Para além do utilitarismo	48
1.3.2 Transformação institucional e desenvolvimento	49
1.4 O Japão como um “país normal”	52
1.4.1 Avançando a partir do orientalismo	53
1.4.2 Analisando uma sociedade complexa	53
1.4.3 Especialistas x generalistas	55
1.5 O Japão como uma “vítima do direito comparado”	57
1.5.1 Em busca de novas taxonomias	58
CAPÍTULO 2	
Aspectos da Cultura Japonesa	61
2.1 O direito e o <i>ethos</i> do grupo no Japão	61
2.1.1 A primazia do coletivo como herança confucionista	62
2.1.2 Direitos individuais x direitos sociais	65
2.2 O pedido de desculpas na sociedade japonesa	68
2.2.1 Um sistema informal de coerção para compensar a “falta de lei”	68
2.2.2 Lealdade, arrependimento e confissão	71
2.3 O “direito vivo”	73
2.3.1 “Direito vivo” x “direito formal do Estado”	74
2.3.2 A lei como uma variável dependente	77

CAPÍTULO 3

A Cultura como Fundamento da Litigância no Japão	79
3.1 A teoria cultural de Takeyoshi Kawashima	80
3.1.1 Um país rumo à “modernidade”	81
3.1.2 A base empírica da abordagem cultural sobre litigância	84
3.1.3 As razões da baixa litigância no Japão	87
3.1.4 Os acertos e os limites da abordagem cultural	91
3.1.5 As formas de solução alternativas ao litígio	95
3.2 A consciência jurídica japonesa	99
3.2.1 Uma forma de pensamento própria do povo japonês	100
3.2.2 A consciência jurídica contratual	102
3.2.3 O <i>giri</i> como mecanismo de controle de disputas	107
3.3 A transformação do conceito de consciência jurídica	109
3.3.1 Do argumento normativo para o empírico	110
3.3.2 A releitura de Kahei Rokumoto: a segunda geração	111
3.3.3 A releitura de Masayuki Murayama: a terceira geração	113

CAPÍTULO 4

O Papel das Instituições Japonesas no Fenômeno da Litigância	119
4.1 A teoria institucional de John O. Haley	119
4.1.1 O litigante relutante: mito ou verdade?	120
4.1.2 A elite política como controladora da litigância	122
4.2 A causa da baixa litigância: capacidade institucional limitada	124
4.2.1 A falta de juízes	125
4.2.2 A escassez de advogados	127
4.2.3 A intervenção de terceiros	128
4.2.4 Instrumentos processuais pouco eficazes	128
4.2.5 A falta de informações	129
4.3 As instituições japonesas: o judiciário e a advocacia	130
4.4 O impacto da cultura nas instituições	134
4.5 Autoridade sem poder	135
4.5.1 Um direito sem sanção	135
4.5.2 A importância da reputação como “sanção alternativa”	136
4.5.3 O impacto social da falta de sanção	136
4.5.4 O papel das regras legais e dos precedentes judiciais	140

CAPÍTULO 5

A Análise Econômica de Resultados	143
5.1 A teoria racional de J. Mark Ramseyer	143
5.1.1 A previsibilidade do sistema judicial japonês	144
5.1.2 A ética não litigiosa dos japoneses	147
5.1.3 A importância da cultura e das instituições no cálculo racional	149

5.1.4 A racionalidade econômica aplicada a casos de acidentes de trânsito e divórcios no Japão	151
5.2 A teoria gerencial de Takao Tanase	153
5.2.1 O modelo de gestão de disputas envolvendo acidentes de veículos	154
5.2.2 Os sucessos e as falhas do modelo de gestão	157

CAPÍTULO 6

Uma Evolução Metodológica: As Teorias Híbridas ou Mistas e a Impossibilidade de Analisar o Fenômeno da Litigância Sob uma Única Abordagem

6.1 As abordagens híbridas como uma ampliação do campo metodológico	161
6.2 A teoria informal de Frank K. Upham	163
6.3 Os estudos de casos de Eric A. Feldman	166
6.3.1 O “Tribunal do Atum” de Tsukiji	166
6.3.2 Os casos de negligência médica	169
6.3.3 O desastre de Fukushima	170
6.4 A combinação entre os enfoques institucional e racional na proposta de Daniel H. Foote ..	171
6.5 A formulação de Mark D. West: cultura, instituições e economia	172
6.5.1 O barulho das casas de karaokê	173
6.5.2 O envenenamento pelo peixe-balão	175
6.5.3 A autorregulação da Associação Japonesa de Sumô	176
6.6 A nova geração: Milhaupt e West e o estudo da governança corporativa no Japão ..	176
6.6.1 Lances hostis: os procedimentos de compra de empresas públicas no Japão ..	177
6.6.2 A relação entre a lei e o contrato na governança corporativa no Japão	179
6.6.3 O papel das regras informais de governança corporativa	180
6.6.4 Uma nova elite jurídica para tratar da governança corporativa	181

CAPÍTULO 7

As Teorias sobre Litigância e o Direito do Trabalho Japonês

7.1 A natureza das relações de trabalho no Japão	185
7.2 Os sistemas de resolução de disputas trabalhistas	188
7.2.1 A via judicial	190
7.2.2 Os meios extrajudiciais	191
7.3 A legislação trabalhista ao longo das décadas e após as recentes reformas	195
7.3.1 O direito do trabalho japonês no pós-guerra	195
7.3.2 O direito do trabalho pós-reformas dos anos 1990	197
7.4 A bolha econômica e suas consequências nas relações de trabalho japonesas	198
7.5 A transnacionalização dos mercados e o impacto nas relações laborais	200
7.6 O direito do trabalho japonês à luz das teorias sobre litigância	201

CONSIDERAÇÕES FINAIS

203

REFERÊNCIAS

205